



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Segunda Câmara

Sessão: 2/2/2010

69 TC-001641/026/08 - CONTAS ANUAIS

Prefeitura Municipal: Mendonça.

Exercício: 2008.

Prefeito: Cyozí Aizawa.

Acompanha (m): TC-001641/126/08.

Auditada por: UR-8 - DSF-I.

Auditoria atual: UR-8 - DSF-I.

Aplicação no Ensino:	28,33%
Aplicação na valorização do magistério:	84,65%
Utilização em 2008 dos recursos do FUNDEB:	99,72%
Aplicação na Saúde:	19,00%
Despesas com Pessoal e Reflexos:	39,06%
Déficit Orçamentário:	02,88%

Relatório

Em exame, as **contas** prestadas pelo **Prefeito do Município de Mendonça**, relativas ao exercício de **2008**, que foram auditadas pela equipe fiscalizadora da Unidade Regional de São José do Rio Preto.

As ocorrências anotadas no relatório de auditoria de fls. 15/40 são as seguintes:

Planejamento e Execução Física

- autorização legislativa para abertura de créditos suplementares acima da inflação.

Dívida Ativa

- ausência de cobrança.

Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial

- surgimento de dívida consolidada líquida, em virtude de o ativo disponível (R\$491.263,49) menos o passivo financeiro (R\$198.788,57) ser insuficiente para cobertura do passivo permanente (R\$332.529,41).

Recursos Recebidos

- ausência de prestação de contas dos recursos recebidos do Programa Quali Mais.

Convênio CDHU - Execução

- manutenção de saldo residual de anos anteriores.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Restrições de Último Ano de Mandato

- gastos com publicidade a partir de julho de 2008 e acima da média dos três últimos exercícios.

Acompanhamento da Gestão Fiscal

- emissão de alertas, em virtude das divergências entre os valores fornecidos pela origem através do sistema AUDESP e os apurados pela auditoria com base nos demonstrativos contábeis.

Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal

- atendimento parcial à recomendação deste Tribunal quanto à entrega extemporânea de documentos ao sistema AUDESP.

Notificado, o responsável encaminhou as alegações de fls. 50/61. Procura, assim, demonstrar a legalidade dos atos praticados, asseverando, em síntese, em sua defesa que:

- o limite estabelecido na LOA para créditos orçamentários foi projetado de forma a atender à expansão dos projetos e atividades previstos através de diversos programas, tendo por base a LDO à qual deve a LOA integrar-se;
- não houve omissão do executivo quanto à cobrança da dívida ativa, uma vez que, efetuados os lançamentos e a inscrição, remanesce o prazo de cinco anos para a respectiva cobrança judicial, consoante legislação tributária;
- o Município não assumiu nenhum compromisso de longo prazo, sendo a dívida consolidada mencionada pela auditoria referente a diferenças decorrentes de pagamentos do parcelamento do PASEP efetuados a menor no final do exercício;
- a prestação de contas dos recursos recebidos da Secretaria de Estado da Saúde, referentes ao programa "Quali Mais", está sendo elaborada;
- o serviço de contabilidade da Prefeitura está aguardando a orientação da CDHU para efetuar a devolução do valor em aberto;
- as despesas com publicidade referem-se a gastos realizados com a Imprensa Oficial do Estado e com jornal local para publicação de editais de concurso e processos seletivos, avisos de licitação, extratos de contratos,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

quadros e demonstrativos exigidos pela LRF. Trata-se, portanto, de publicações oficiais, todas de interesse público, sem qualquer conteúdo propagandístico ou promocional vedado pela lei eleitoral;

- eventuais desencontros relativos ao sistema AUDESP já foram superados;

- o pequeno atraso na entrega de documentos ao referido sistema foi ocasionado pelos ajustes que se fizeram necessários no sistema informatizado da Prefeitura.

Ante as características formais das impropriedades acima descritas, dispensei a oitiva dos órgãos técnicos da Casa.

Subsidiaram o exame dos autos os acessórios TCs 001641/126/07, 001641/226/06 e 001641/326/06 (ordem cronológica de pagamentos, aplicação no ensino e atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal).

Contas anteriores:

2005 - TC-002523/026/05 - favorável, com recomendações;

2006 - TC-002975/026/06 - favorável, com recomendações; e

2007 - TC-002112/026/07 - favorável, com recomendação.

É o relatório.

dpj



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-001641/026/08

Após examinar os autos, verifico que no relatório técnico foram apontadas algumas impropriedades que podem ser relevadas, diante de suas características formais e das justificativas ofertadas pelo interessado, consoante assente jurisprudência deste Tribunal.

Verifica-se, demais disso, que o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o equivalente a 28,33% da receita proveniente de impostos e transferências, atendendo, assim, ao disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Destinou, outrossim, o correspondente a 84,65% dos recursos do FUNDEB à valorização do magistério e 15,07% nas despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino previstas no art. 70 da Lei Federal nº 9394/96 (LDB), aplicando os restantes 0,28% no primeiro trimestre do exercício subsequente, cumprindo, assim, as regras instituídas pela Lei Federal nº 11.494/07.

Não há saldo residual do antigo FUNDEF.

Nas ações e serviços de saúde foi aplicado o correspondente a 19% da arrecadação de impostos, atendendo-se, assim, ao contido no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As despesas com pessoal e reflexos ficaram no limite máximo fixado pelo artigo 20, inciso III, letra "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, posto que corresponderam a 39,06% da receita corrente líquida.

O município atendeu às normas constitucionais e à posição jurisprudencial deste Tribunal quanto aos precatórios, visto que, inexistindo mapa orçamentário de 2008, quitou títulos em montante que supera a soma de 10% do saldo remanescente de exercícios anteriores mais os requisitórios de pequena monta incidentes no exercício em exame.

Não existem receitas provenientes de *royalties*.

Os recursos advindos de multas de trânsito e os oriundos da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico foram aplicados de acordo com as regras instituídas, respectivamente, pelo Código de Trânsito Brasileiro e pela Lei federal nº 10.336/2001.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Os valores dos repasses efetuados à Câmara Municipal local não ultrapassaram o limite máximo constitucional, tendo sido suficientes para cobertura das despesas do Legislativo.

O gasto com o pagamento dos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito se efetivou de conformidade com o ato fixatório e dentro dos limites legais.

Os encargos sociais foram regularmente recolhidos.

A execução orçamentária, embora deficitária em 2,88%, está amparada pelo superávit financeiro registrado no balanço patrimonial de 2007 e encontra-se ainda em patamar tolerável por este Tribunal.

As dívidas de longo prazo correspondem a 0,43% da receita corrente líquida, havendo, por outro lado, disponibilidade financeira suficiente para cobertura das despesas inscritas em restos a pagar.

Os pagamentos efetivaram-se de conformidade com a ordem cronológica das exigibilidades.

As admissões por meio de concurso público/processo seletivo estão sendo examinadas em processo específico (TC-1732/001/07).

Os livros e registros encontram-se em ordem, bem assim os Setores de Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais.

Assim sendo, voto pela emissão de parecer **favorável** à aprovação das contas prestadas pelo Prefeito do **Município de Mendonça**, relativas ao exercício de **2008**.

Esta decisão não alcança os atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

Por fim e à margem do parecer, determino a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com a **recomendação** para que adote providências a fim de evitar que as irregularidades apontadas na instrução processual voltem a ocorrer.

Eis o meu voto.